PODER

Orçamento: cortes de R$ 3,1 bi

Secretário-executivo da Casa Civil afirma que os vetos serão especificamente para recompor as despesas obrigatórias

» JORGE VASCONCELLOS
» RAPHAEL FELICE

Clauber Cleber Caetano/PR



Casa Civil diz que Bolsonaro não deve vetar nenhum trecho do texto da Lei Orçamentária Anual, mas apenas despesas específicas

O secretário-executivo da Casa Civil, Jônathas Castro, disse que os vetos do presidente Jair Bolsonaro (PL) no Orçamento de 2022 devem ficar em R$ 3,1 bilhões, especificamente para recompor as despesas obrigatórias que foram subestimadas pelo Congresso. Esse valor é menor do que os R$ 9 bilhões que foram recomendados pelo Ministério da Economia. A palavra final sobre o tamanho do corte foi da ala política do governo, liderada pelo ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, um dos caciques do Centrão, grupo de sustentação do Executivo.

O presidente tinha até ontem para sancionar o Orçamento, mas o ato não ocorreu até o fechamento desta edição. A publicação no *Diário Oficial da União* não precisa, necessariamente, vir na mesma data.

Em podcast publicado pela Casa Civil, Castro afirmou que o Bolsonaro não deve vetar nenhum trecho do texto da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas apenas despesas específicas. O corte de R$ 3,1 bilhões será feito nas emendas de comissões do Congresso — que não são obrigatórias — e de gastos de ministérios.

"Há um indicado apenas, indo na linha do veto essencial, de vetar R$ 3,1 bilhões para poder recompor as despesas de pessoal, tudo isso muito bem conversado, muito bem articulado com todos os atores do processo", disse o secretário.

Após essa definição, a tendência é de que o restante do Orçamento que precisa de composição seja remanejado ao longo do ano. Os técnicos do Ministério da Economia trabalham anualmente com uma margem composta por despesas liberadas a ministérios, mas que não são executadas.

Em ano de eleições, o governo decidiu poupar dos cortes os R$ 16,5 bilhões que foram reservados pelo Congresso para as chamadas emendas do relator, que distribuem verbas do orçamento secreto. Esses procedimentos não contam com qualquer tipo de transparência, e os recursos são usados para levar benefícios a redutos eleitorais de parlamentares aliados, como obras, serviços e equipamentos.

Também de olho nas urnas, o governo deve manter o fundo eleitoral de R$ 4,9 bilhões, com a possibilidade de o valor subir para R$ 5,7 bilhões — conforme cálculo previsto pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, que leva em conta o orçamento da Justiça Eleitoral.

Além disso, o Planalto deve manter uma reserva de R$ 1,9 bilhão para conceder reajuste para servidores, apesar de Bolsonaro ter afirmado, na quarta-feira, que havia desistido de aumentar os salários de servidores da Polícia Federal, da Polícia Federal e do Departamento Penitenciário Nacional — parte do reduto eleitoral do presidente. A desistência ocorreu em meio a uma onda de protestos de outras categorias do funcionalismo, que também reivindicam reajuste.

A Economia havia pedido um corte maior, de R$ 9 bilhões, que considerava o aumento no fundo eleitoral (de R$ 800 milhões) e no custeio da própria máquina do ministério (R$ 5 bilhões).

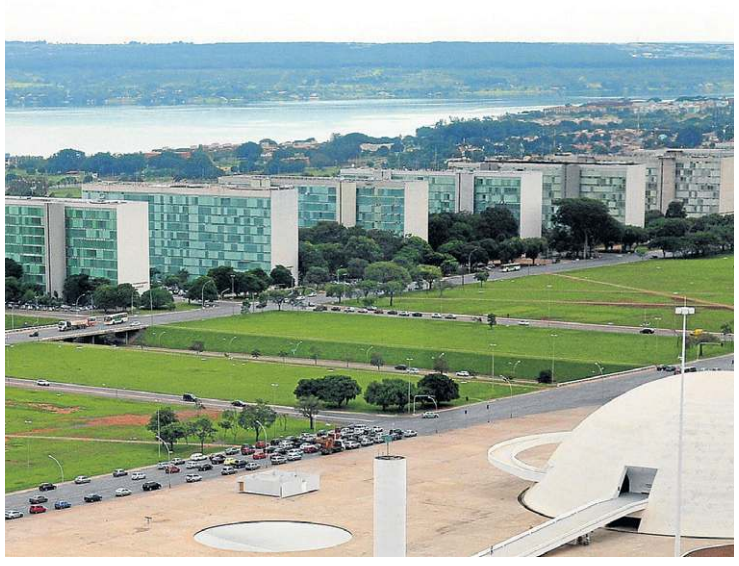
A decisão, porém, foi pelo corte menor. O temor da área política foi de desgaste junto ao Congresso com o corte sobre as emendas.

» Morre a mãe de Bolsonaro

Morreu, ontem, Olinda Bonturi Bolsonaro, mãe do presidente Jair Bolsonaro, aos 94 anos. Ela estava internada em um hospital de Registro, no interior de São Paulo, desde a segunda-feira, e não resistiu a duas paradas cardiorrespiratórias. O chefe do Executivo interrompeu a viagem internacional que fazia — esteve no Suriname e iria à Guiana — para acompanhar o velório e o enterro da mãe, na cidade de Eldorado, também interior paulista. Adversários políticos colocaram críticas e desentendimentos de lado para prestar condolências a Bolsonaro, como os presidenciáveis Ciro Gomes (PDT) e Sergio Moro (Podemos).

Ministérios descumprem decisão sobre transparência de emendas

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Cinco das sete pastas que receberam verbas ignoram decreto

Cinco dos sete ministérios que receberam verbas do orçamento secreto em 2021 ignoram decreto do presidente Jair Bolsonaro (PL) que tem por objetivo dar transparência às indicações de recursos por parte de políticos. A norma foi assinada pelo chefe do Executivo em 9 de dezembro.

Ao contrário do que determina o decreto, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Cidadania e Agricultura não divulgam em suas páginas na internet documentos com a comunicação entre as pastas e o relator-geral do Orçamento. É por meio dessas tratativas que o Congresso aloca recursos do orçamento secreto, a pedido de políticos da base do governo.

A falta de transparência no uso das emendas do relator-geral levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a determinar, também em dezembro, a publicidade dos documentos relacionados às demandas e à execução das emendas. O decreto de Bolsonaro teve o objetivo, em tese, de cumprir a decisão da Corte. Mas, mesmo nos ministérios que começaram a divulgar documentos, ainda há falta de informações detalhadas sobre quem é autor dos pedidos de repasses.

Duas das pastas que ignoraram o decreto de Bolsonaro estão entre os que mais receberam verbas do orçamento secreto em 2021. O Ministério da Saúde empenhou (reservou) R$ 7,6 bilhões em recursos das emendas de relator e o Ministério da Agricultura recebeu empenhos da ordem de R$ 1,1 bilhão.

Após questionamento da reportagem, a Agricultura publicou, na quarta-feira, um link genérico para a Plataforma +Brasil, que centraliza informações sobre convênios do governo, mas não tornou públicas as comunicações com o relator do Orçamento. "Em breve, essas informações também estarão disponíveis nesta página", diz o site da pasta. Já o Ministério da Cidadania disse que pretendia publicar as informações nesta semana, o que não ocorreu. Os demais não responderam.

Divulgação

De acordo com o decreto assinado por Bolsonaro e pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, os ministérios deveriam publicar "as solicitações que justificaram as emendas do relator-geral". Essas informações deveriam ser "organizadas de acordo com as programações orçamentárias correspondentes" e "divulgadas nos sítios eletrônicos de livre acesso dos respectivos ministérios", na forma da Lei de Acesso à Informação.

Até o momento, só as pastas da Defesa e do Desenvolvimento Regional cumpriram, em parte, o decreto. O Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho, porém, forneceu informações de forma desorganizada, em documentos não editáveis, com e-mails repetidos e tabelas cortadas, o que, em muitos casos, inviabiliza a identificação do parlamentar responsável pelas indicações. Além disso, o MDR não deixa claro que indicações foram acatadas e resultaram no repasse de recursos.

Já a Defesa deu transparência às indicações datadas do ano de 2020, diretamente enviadas por senadores — os pedidos dos congressistas somam R$ 193 milhões. Apesar disso, a pasta não apresentou, por exemplo, os nomes "por trás" do relator-geral de 2021, senador Marcio Bittar (PSL-AC), que indicou R$ 543 milhões.

Pelo decreto de Bolsonaro, o Ministério da Economia também deveria publicar a lista dos "links" nos quais as demais pastas incluíram as informações, o que não aconteceu. A Economia disse que a divulgação ocorrerá "tão logo (as páginas) sejam informadas pelos órgãos executores".

No caso do MDR, porém, a falta de transparência é maior em relação às indicações feitas antes da decisão do STF e do decreto. Até agora, a pasta não expôs os documentos que recebeu do Congresso com indicações dos mais de R$ 8 bilhões que executou de emendas do relator. A pasta empenhou, só em dezembro de 2020, mais de R$ 3 bilhões para apoiadores da candidatura de Arthur Lira (PP-AL) à Presidência da Câmara.

A desobediência ao decreto presidencial pode acarretar sanções para os responsáveis, segundo o advogado Bruno Morassutti, uma vez que a norma tem a finalidade de regulamentar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos ministérios em relação às RP9 (código usado para identificar as emendas de relator).

"O Tribunal de Contas da União analisa todos os anos as contas dos ministérios, e um dos critérios é justamente o cumprimento da LAI e da LRF", observou o advogado. "Portanto, se o ministério não trouxer argumentos técnicos razoáveis para não estar cumprindo o decreto do presidente, os responsáveis pela pasta, os ministros, podem ter as contas rejeitadas ou julgadas com ressalvas", afirmou.

Moraes abre apuração contra Weintraub

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu abrir uma espécie de apuração preliminar sobre declarações feitas pelo ex-ministro da Educação Abraham Weintraub a respeito de um dos magistrados da Corte, durante entrevista a um podcast, no domingo. Ele determinou que cópia da gravação seja juntada a uma petição que vai tramitar ligada ao inquérito das fake news.

Na entrevista ao podcast Inteligência Ltda, Weintraub afirmou: "Eu vou contar um outro detalhe picante. Moro numa casa, num condomínio fechado, uma casa boa. Um juiz do STF estava procurando casa na região, dentro do condomínio. Viu a minha casa e falou: 'Pô, casa bonita, hein? De quem é?'. Falaram: 'Abraham Weintraub'. 'Pergunta para ele se não quer vender para mim'. 'Não tá à venda'. 'Pergunta se quer vender para mim, já que ele não vai mais voltar ao Brasil'. O que acha disso? É adequado? Esse juiz me negou habeas corpus. Foi um dos 10 que me negaram habeas corpus".

A fala se deu após Weintraub comentar que o chamam de covarde em razão de ele ter viajado para os Estados Unidos sob a alegação de que precisava sair do Brasil para não ser preso. Horas depois de chegar àquele país, em junho de 2020, o governo soltou edição extraordinária do Diário Oficial da União (DOU), exonerando-o do cargo.

O ex-homem forte do governo Bolsonaro, que ficou 14 meses no cargo de ministro da Educação, já havia sido incluído no inquérito das fake news por ter chamado os ministros de "vagabundos" e dizer que colocaria "todos na cadeia" durante a famosa reunião interministerial do dia 22 de abril.

O então ministro da Advocacia-Geral da União, André Mendonça — hoje o mais novo ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado por Bolsonaro — entrou com habeas corpus para tirá-lo da investigação, mas os ministros da Corte máxima decidiram por nove a um que ele deveria permanecer na apuração.

Após pouco mais de um ano morando nos Estados Unidos, Weintraub retornou ao Brasil na semana passada. Para anunciar a volta ao país, o ex-ministro da Educação produziu um vídeo com tom eleitoral, ressaltando ataques STF e ao governador João Doria (PSDB). Ele já havia revelado antes o interesse de ser candidato ao governo paulista.

Com falas polêmicas da época de ministério, Weintraub disse que "não veio para jogar o jogo" mas "para lutar". O ex-ministro usou imagens para fazer críticas ao lockdown, associando a restrição sanitária à ditadura, e mostrou ações policiais.

O lockdown nunca foi implementado em São Paulo durante a pandemia — apenas rígidas restrições —, e o atual governador de São Paulo é pré-candidato à Presidência para 2022.

Indicado pelo governo como diretor-executivo do Banco Mundial desde que deixou o Ministério da Educação, Weintraub ainda não é filiado a um partido político.

Crise com governo

Na entrevista, Abraham Weintraub fez uma provocação sobre a aliança do presidente Jair Bolsonaro (PL) com o Centrão. Segundo ele, o chefe do Executivo teria se afastado das pautas ideológicas pelas quais foi eleito e "substituído" a ala conservadora por integrantes do bloco político. Nas redes sociais, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-RJ) fez críticas ao ex-ministro e disse que a briga com ele não se trata de dividir a direita, mas de "separar o joio do trigo".

Reprodução/YouTube/Podcast Inteligência Ltda



Ex-ministro da Educação fez acusações a um magistrado da Corte